

Estudo Técnico Preliminar 35/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 60041.000827/2020-11

2. Descrição da necessidade

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO R\$ (*)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	<p>KIT MEDALHA DA VITÓRIA, COMPOSTO DE:</p> <p>1) Medalha da Vitória em metal dourado, em forma circular, com 40 mm de diâmetro, com:</p> <p>a) Anverso: ao fundo, o desenho de uma roseta com a constelação do Cruzeiro do Sul, sobreposta por um “V”, esmaltado em verde e amarelo, parte superior do qual se encontra a logomarca do Ministério da Defesa. Circundando a medalha, na parte superior, da esquerda para a direita, a legenda: “MINISTÉRIO DA DEFESA”. Na parte inferior, da esquerda para a direita, a legenda “LIBERDADE E DEMOCRACIA”;</p> <p>b) Verso: circundando a medalha, vinte e sete estrelas representando os 27 Estados da Federação. Na parte superior, da esquerda para a direita a legenda: “MEDALHA DA VITÓRIA”. Ao fundo o globo com dois galhos de oliveira entrelaçados, um à esquerda e outro à direita. Sobrepostos ao globo, os distintivos da FEB (Cobra Fumando), do 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta a Pua) e da Marinha do Brasil (Âncora). No centro, ladeando os distintivos, à esquerda, a inscrição “08-05”, à direita a inscrição “1945”; e</p> <p>c) Fita: 35 mm de largura, 50 mm de altura, em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul.</p> <p>2) Barreta da Medalha da Vitória em formato retangular, medindo 35 mm de largura por 10 mm de altura, recoberta com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>3) Botão de lapela da Medalha da Vitória em formato circular com 10 mm de diâmetro, recoberto com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p>	BR0004111	CJ	300	260,00	78.000,00

	4) Estojo para medalha com as seguintes características: Medidas externas: 16 cm de comprimento, 11 cm de largura e 3,5 cm de altura, revestimento externo em percaline na cor preta, revestimento interno em veludo e cetim na cor preta. Com fecho metálico dourado e com 4 (quatro) dispositivos internos, em baixo relevo.					
2	Pasta porta diploma - Medidas: 220 X 310 mm; Material da encadernação: Vulcapel na cor preta; Capa: Impressa com as Armas da República e abaixo as seguintes legendas: “ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ”, seguida de “ MINISTÉRIO DA DEFESA ” e por fim “ MEDALHA DA VITÓRIA ”, tudo em letras douradas; Divisórias internas: Em papel vegetal, com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor verde e amarela do verso da capa (1ª divisória interna) e com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor branca no verso da contracapa (2ª divisória interna) para fixação do diploma.	BR0450771	UN	300	95,00	28.500,00
O CUSTO TOTAL ESTIMADO DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR DE R\$						106.500,00

1.2. O prazo de vigência da aquisição é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. DOS REQUISITOS AMBIENTAIS:

1.3.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1.3.1.1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.3.2. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF /APP.
1 e 2	De acordo com o Anexo I da IN nº 11/IBAMA/2018 o fabricante deverá apresentar o certificado de regularidade emitido pelo IBAMA (CTF), conforme sua categoria de cadastro de atividade.

1.3.3. A conformidade com o solicitado no subitem 1.3.2 se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

1.3.3.1. a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

1.3.3.2. caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2. A Medalha da Vitória será outorgada aos militares das Forças Armadas, aos civis nacionais, aos militares e civis estrangeiros, aos policiais e bombeiros militares e às organizações militares e instituições civis nacionais que tenham contribuído para a difusão dos feitos da Força Expedicionária Brasileira e dos demais combatentes brasileiros durante a 2ª Guerra Mundial, participado de conflitos internacionais na defesa dos interesses do País, integrado missões de paz, prestado serviços relevantes ou apoiado o Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice I**, abrange para a aquisição de materiais de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os materiais a serem adquiridos são comuns de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento do pedido, atestado pela respectiva nota de empenho, em remessa única, na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD - Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco “O” - CEP 70049-900 - Brasília-DF.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pela Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de **8 (oito) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.7. Horário de entrega: das 9h às 12h e das 14h às 17h.

5.8. Contato: Pericles Giuliani da Silva - Chefe da Seção de Gestão de Almoxarifado, telefone (61) 3312-4359 / 3312-8697 - e-mail pericles.silva@defesa.gov.br.

5.9. Qualificação Técnica:

5.9.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.9.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário, Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104 /2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	MEDALHA DA VITÓRIA	UN	90
2	PASTA PORTA DIPLOMA	UN	90

5.9.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.2. Sujeitar-se à fiscalização da ASCER quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

7.3. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD) ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

7.4. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da ASCER adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

7.5. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

7.6. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.7. Quando da entrega do material, caso a entrega seja realizada pela Contratada:

7.7.1. atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD;

7.7.2. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da AC/MD;

7.7.3. fornecer todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.7.4. emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

~~9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.~~

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

12. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO ESTRITO

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. De acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, **fica a critério da autoridade competente**, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo este um **ato discricionário do Gestor e por se tratar de materiais de pronta entrega**, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o pagamento somente ser realizado após o recebimento definitivo do objeto, fica a garantia contratual da execução dispensada.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso I do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor da aquisição**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor da aquisição**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da aquisição é de **R\$ 106.500,00** (cento e seis mil e quinhentos reais).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, **prevista no orçamento da União para o exercício de 2021**, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

Para o item 1 (**Kit Medalha da Vitória**) Elemento de Despesa: ND 33.90.31- subitem 05 - Ordens honoríficas.

Para o item 2 (**Pasta Porta Diploma**) Elemento de Despesa: ND 33.90.30- subitem 16 - Material de expediente.

18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL (AMOSTRA)

18.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

18.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidas pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

18.2.1. A amostra deverá ser apresentada devidamente identificada com o nome da licitante, número do respectivo item do processo licitatório, número do Pregão, e ainda, acompanhada dos respectivos documentos/prospectos do produto, quando se for o caso.

18.2.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

18.2.3. Endereço para entrega das amostras: Ministério da Defesa. Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, térreo –Protocolo. Brasília/DF. CEP 70049-900. Telefone (61) 3312-8754.

18.2.4. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

18.2.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

18.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ITENS A SEREM AVALIADOS (*)
1	<p>KIT MEDALHA DA VITÓRIA, COMPOSTO DE:</p> <p>1) Medalha da Vitória em metal dourado, em forma circular, com 40 mm de diâmetro, com:</p> <p>a) Anverso: ao fundo, o desenho de uma roseta com a constelação do Cruzeiro do Sul, sobreposta por um “V”, esmaltado em verde e amarelo, parte superior do qual se encontra a logomarca do Ministério da Defesa. Circundando a medalha, na parte superior, da esquerda para a direita, a legenda: “MINISTÉRIO DA DEFESA”. Na parte inferior, da esquerda para a direita, a legenda “LIBERDADE E DEMOCRACIA”;</p> <p>b) Verso: circundando a medalha, vinte e sete estrelas representando os 27 Estados da Federação. Na parte superior, da esquerda para a direita a legenda: “MEDALHA DA VITÓRIA”. Ao fundo o globo com dois galhos de oliveira entrelaçados, um à esquerda e outro à direita. Sobrepostos ao globo, os distintivos da FEB (Cobra Fumando), do 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta a Pua) e da Marinha do Brasil (Âncora). No centro, ladeando os distintivos, à esquerda, a inscrição “08-05”, à direita a inscrição “1945”; e</p> <p>c) Fita: 35 mm de largura, 50 mm de altura, em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>4 - Fecho metálico dourado atende a especificação: () sim () Não</p> <p>5 - Dispositivos internos, em baixo relevo para acondicionamento da</p>

	<p>2) Barreta da Medalha da Vitória em formato retangular, medindo 35 mm de largura por 10 mm de altura, recoberta com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>3) Botão de lapela da Medalha da Vitória em formato circular com 10 mm de diâmetro, recoberto com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>4) Estojo para medalha com as seguintes características: Medidas externas: 16 cm de comprimento, 11 cm de largura e 3,5 cm de altura, revestimento externo em percaline na cor preta, revestimento interno em veludo e cetim na cor preta. Com fecho metálico dourado e com 4 (quatro) dispositivos internos, em baixo relevo.</p>	<p>medalha e complementos atende as especificações: ()</p> <p>sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado</p> <p>() Reprovado - Motivo:</p>
2	<p>Pasta porta diploma - Medidas: 220 X 310 mm; Material da encadernação: Vulcapel na cor preta; Capa: Impressa com as Armas da República e abaixo as seguintes legendas: “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, seguida de “MINISTÉRIO DA DEFESA” e por fim “MEDALHA DA VITÓRIA”, tudo em letras douradas; Divisórias internas: Em papel vegetal, com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor verde e amarela do verso da capa (1ª divisória interna) e com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor branca no verso da contracapa (2ª divisória interna) para fixação do diploma.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: ()</p> <p>sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: ()</p> <p>sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: ()</p> <p>sim () Não</p> <p>4 - Impressões e especificações: ()</p> <p>sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado</p> <p>() Reprovado - Motivo:</p>

(*) Conforme Despacho nº 194/ASCER/GM-MD, de 13 de outubro de 2020 (2795284).

18.2.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

18.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

18.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

18.2.10. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

18.2.11. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

19. DOS APÊNDICES

19.1. Apêndice I - Estudos Preliminares (XXXXXXX);

19.2. Apêndice II - Quadro Demonstrativo da Demanda;

19.3. Apêndice III - Orçamento Nova Siciliano (2755432);

19.4. Apêndice IV - Descrição do Kit Medalha da Vitória (2755468); e

19.5. Apêndice V - Pasta Porta Diploma Medalha da Vitória (2755480).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ASCR	CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS - Cel

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**). Os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril /2020.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5. Levantamento de Mercado

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 14 de outubro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material (CATMAT **4111**– Medalha) e (CATMAT **450771** – Pasta Eventos) através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Material: 4111- Medalha

Período Pesquisado - 14/10/2019 até 13/10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160391 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/PA/RS	Pregão 00011/2020	20/08/2020 20/08/2021

52121 - COMANDO DO EXERCITO	160077 - COLEGIO MILITAR DE CURITIBA	Pregão 00005/2020	18/08/2020 18/08/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160433 - 19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	Pregão 00030/2020	02/09/2020 02/09/2021
52131 - COMANDO DA MARINHA	733000 - DIRET.DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA /DF	Pregão 00002/2020	27/07/2020 27/07/2021
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120001 - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	Pregão 00017/2020	26/08/2020 26/08/2021

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Material: 450771 - Pasta Eventos

Período Pesquisado - 14/10/2019 até 13/10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA /MES/AC	Pregão 00037/2019	19/12/2019 19/12/2020
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160341 - 17 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Pregão 00008/2019	20/05/2020 20/05/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160134 - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	Pregão 00021/2020	17/09/2020 17/09/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160179 - 3 DIVISAO DE LEVANTAMENTO	Pregão 00003/2020	01/10/2020 01/10/2021

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se tratar de um material **comum**, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do Ministério da Defesa - MD com a aquisição de materiais de ordem honorífica (Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma).

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Documento de Formalização de Demanda nº 11, de 1 de outubro de 2020 (2731252).

Proposta de Preços Empresa Nova Siciliano (2755432).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Documento de Formalização de Demanda nº 11, de 1 de outubro de 2020 (2731252).

Proposta de Preços Empresa Nova Siciliano (2755432).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

1. Parcelamento: Não se aplica.
2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.
3. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O pregão realizado no período de 13/10/2019 até 14/10/2020 abaixo, relacionado contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 11/2020** - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/PA/RS (UASG nº 160391), Pregão Eletrônico - Aquisição de fardamento e **peças de uniformes** especiais e sob medida.
2. **Pregão nº 5/2020** - COLEGIO MILITAR DE CURITIBA (UASG nº 160077), Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais Esportivos para atender as necessidades deste estabelecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.
3. **Pregão nº 37/2019** - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC (UASG nº 160002), Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de eletrônica, cine, vídeo, foto e som.
4. **Pregão nº 8/2019** 17 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA (UASG nº 160341), Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de escritório e processamento de dados.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem, esta delegar e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

Os materiais acima foram incluídos nos itens nº 2.136 e 2.574 do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 106.500,00** e caso seja aprovado pelo Senhor Diretor do DEADI, será enviado para aprovação.

12. Resultados Pretendidos

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**), que tem como objetivo o reconhecimento aos militares das Forças Armadas, aos civis nacionais, aos militares e civis estrangeiros, aos policiais e bombeiros militares e às organizações militares e instituições civis nacionais que tenham contribuído para a difusão dos feitos da Força Expedicionária Brasileira e dos demais combatentes brasileiros durante a 2ª Guerra Mundial, participado de conflitos internacionais na defesa dos interesses do País, integrado missões de paz, prestado serviços relevantes ou apoiado o Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável, estão contidos os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020.

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

16. Responsáveis

VOLMER DE OLIVEIRA SALES
CHEFE ASPLAQ

SD JEAN DE SOUSA MENDES NOBREGA
ESPECIALISTA

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEL.pdf (337.11 KB)

Anexo I - Planejamento de Aquisição - ASSINADO SEI.pdf



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL - SG
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E SERVIÇOS GERAIS
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO DE AQUISIÇÕES

PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

O presente Planejamento da Aquisição (PA), foi confeccionado conforme a Instrução Normativa (IN) nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD/2013 e com as adaptações determinadas pela IN nº 40/SEGES/MP/2020, tendo por objetivo levantar todos os elementos necessários e suficientes para a aquisição de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**), com o apoio e análise da Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ). Visa também a apresentação dos **Estudos Preliminares (EP)** e do **Gerenciamento de Riscos**, além, de compor o **Plano de Trabalho (PT)** e o **Termo de Referência (TR)**, confeccionado de acordo o modelo disponibilizado pela Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Termo de Referência - Modelo para compras - Pregão Eletrônico, Atualização: Julho/2020. Acessado em 7 de outubro de 2020, às 14h51min no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico>, respectivamente, referentes à aquisição pretendida.

ESTUDOS PRELIMINARES

DESIGNAÇÃO DE EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

De acordo com a Portaria nº 3.326/DEADI/SEORI/SG-MD, de 7 de outubro de 2020 (2776598), publicada no Boletim de Pessoal e Serviço do MD nº 41, de 9 de outubro de 2020 (2757272).

I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNIT. ESTIMADO R\$ (*)	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	<p>KIT MEDALHA DA VITÓRIA, COMPOSTO DE:</p> <p>1) Medalha da Vitória em metal dourado, em forma circular, com 40 mm de diâmetro, com:</p> <p>a) Anverso: ao fundo, o desenho de uma roseta com a constelação do Cruzeiro do Sul, sobreposta por um “V”, esmaltado em verde e amarelo, parte superior do qual se encontra a logomarca do Ministério da Defesa. Circundando a medalha, na parte superior, da esquerda para a direita, a legenda: “MINISTÉRIO DA DEFESA”. Na parte inferior, da esquerda para a direita, a legenda “LIBERDADE E DEMOCRACIA”;</p> <p>b) Verso: circundando a medalha, vinte e sete estrelas representando os 27 Estados da Federação. Na parte superior, da esquerda para a direita a legenda: “MEDALHA DA VITÓRIA”. Ao fundo o globo com dois galhos de oliveira entrelaçados, um à esquerda e outro à direita. Sobrepostos ao globo, os distintivos da FEB (Cobra Fumando), do 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta a Pua) e da Marinha do Brasil (Âncora). No centro, ladeando os distintivos, à esquerda, a inscrição “08-05”, à direita a inscrição “1945”; e</p> <p>c) Fita: 35 mm de largura, 50 mm de altura, em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul.</p> <p>2) Barreta da Medalha da Vitória em formato retangular, medindo 35 mm de largura por 10 mm de altura, recoberta com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>3) Botão de lapela da Medalha da Vitória em formato circular com 10 mm de diâmetro, recoberto com a fita em</p>	BR0004111	CJ	300	260,00	78.000,00

	gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.					
	4) Estojo para medalha com as seguintes características: Medidas externas: 16 cm de comprimento, 11 cm de largura e 3,5 cm de altura, revestimento externo em percaline na cor preta, revestimento interno em veludo e cetim na cor preta. Com fecho metálico dourado e com 4 (quatro) dispositivos internos, em baixo relevo.					
2	Pasta porta diploma - Medidas: 220 X 310 mm; Material da encadernação: Vulcapel na cor preta; Capa: Impressa com as Armas da República e abaixo as seguintes legendas: “ REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ”, seguida de “ MINISTÉRIO DA DEFESA ” e por fim “ MEDALHA DA VITÓRIA ”, tudo em letras douradas; Divisórias internas: Em papel vegetal, com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor verde e amarela do verso da capa (1ª divisória interna) e com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor branca no verso da contracapa (2ª divisória interna) para fixação do diploma.	BR0450771	UN	300	95,00	28.500,00
O CUSTO TOTAL ESTIMADO DESTA AQUISIÇÃO POSSUI O VALOR DE R\$						106.500,00

1.2. O prazo de vigência da aquisição é de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

1.3. DOS REQUISITOS AMBIENTAIS:

1.3.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1.3.1.1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

1.3.2. Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, só será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020):

Item	Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF/APP.
1 e 2	De acordo com o Anexo I da IN nº 11/IBAMA/2018 o fabricante deverá apresentar o certificado de regularidade emitido pelo IBAMA (CTF), conforme sua categoria de cadastro de atividade.

1.3.3. A conformidade com o solicitado no subitem 1.3.2 se dará por certidão emitida pelo IBAMA; o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

1.3.3.1. a apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta “on line” ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao Processo; e

1.3.3.2. caso o fabricante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

2. A Medalha da Vitória será outorgada aos militares das Forças Armadas, aos civis nacionais, aos militares e civis estrangeiros, aos policiais e bombeiros militares e às organizações militares e instituições civis nacionais que tenham contribuído para a difusão dos feitos da Força Expedicionária Brasileira e dos demais combatentes brasileiros durante a 2ª Guerra Mundial, participado de conflitos internacionais na defesa dos interesses do País, integrado missões de paz, prestado serviços relevantes ou apoiado o Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, **Apêndice I**, abrange para a aquisição de materiais de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Os **materiais a serem adquiridos são comuns** de acordo com o **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002**, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento do pedido, atestado pela respectiva nota de empenho, em remessa única, na Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD - Esplanada dos Ministérios - Anexo do Bloco "O" - CEP 70049-900 - Brasília-DF.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pela Seção de Gestão de Almoxarifado da AC/MD, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de **8 (oito) dias úteis**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

5.7. Horário de entrega: das 9h às 12h e das 14h às 17h.

5.8. Contato: Pericles Giuliani da Silva - Chefe da Seção de Gestão de Almoxarifado, telefone (61) 3312-4359 / 3312-8697 - e-mail pericles.silva@defesa.gov.br.

5.9. Qualificação Técnica:

5.9.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

5.9.1.1. a soma dos atestados apresentados deverá comprovar o fornecimento de quantitativos, mínimos, equivalentes a **30% (trinta por cento)** da quantidade prevista para cada item deste Termo de Referência, conforme tabela abaixo. (Em conformidade com os Acórdãos nº 3.157/2004 - 1ª Câmara, 124/2002, 1.937/2003, 1.341/2006, 2.143/2007, 1.557/2009, 534/2011, 1.695/2011, 737/2012 - Plenário. Acórdão nº 1.052/2012 - Plenário, TC 004.871/2012-0 - Informativo sobre Licitações e Contratos nº 104/2012 - Tribunal de Contas da União).

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTITATIVO MÍNIMO
1	MEDALHA DA VITÓRIA	UN	90
2	PASTA PORTA DIPLOMA	UN	90

5.9.2. A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos documentos apresentados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

7.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.2. Sujeitar-se à fiscalização da ASCER quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo às reclamações consideradas procedentes.

7.3. Responder por perdas e danos que vier a sofrer a Administração Central do Ministério da Defesa (AC/MD) ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

7.4. Responsabilizar-se pelo produto até o efetivo recebimento por parte da ASCER adotando todas as medidas julgadas cabíveis, inclusive as que se referem à segurança e ao transporte até o local de entrega, arcando, dessa forma, com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento de suas obrigações, sem qualquer ônus adicional para a AC/MD.

7.5. Submeter à aprovação do Departamento de Administração Interna (DEADI) toda e qualquer alteração ocorrida nas especificações, em face de imposições técnicas, de cunho administrativo legal.

7.6. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, fretes, seguros e demais encargos inerentes ao fornecimento do produto.

7.7. Quando da entrega do material, caso a entrega seja realizada pela Contratada:

7.7.1. atender as normas de segurança e demais regulamentos no âmbito da AC/MD;

7.7.2. instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da AC/MD;

7.7.3. fornecer todos os equipamentos de segurança previstos na legislação vigente do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.7.4. emitir Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), em formulário próprio do INSS, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do Contratante.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

~~9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.~~

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento).

12. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO ESTRITO

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13.1.1. De acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, **fica a critério da autoridade competente**, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, a exigência da prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras, sendo este um **ato discricionário do Gestor e por se tratar de materiais de pronta entrega**, não gerando assim obrigação futura além das garantias previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990) e o pagamento somente ser realizado após o recebimento definitivo do objeto, fica a garantia contratual da execução dispensada.

14. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

14.1. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **30 (trinta) dias, de acordo com o Inciso I do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

15.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

15.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. cometer fraude fiscal;

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

15.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.2. multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o **valor da aquisição**, até o limite de 5 (cinco) dias;

15.2.3. multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o **valor da aquisição**, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5. **Suspensão temporária de participação em licitação** e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até 2 (dois) anos;

15.2.6. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência.

15.2.7. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

15.3. As sanções previstas nos **subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

15.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

15.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

15.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. O custo estimado da aquisição é de **R\$ 106.500,00** (cento e seis mil e quinhentos reais).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, **prevista no orçamento da União para o exercício de 2021**, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 05.122.0032.2000.0001 – Administração da Unidade;

Para o item 1 (**Kit Medalha da Vitória**) Elemento de Despesa: ND 33.90.31- subitem 05 - Ordens honoríficas.

Para o item 2 (**Pasta Porta Diploma**) Elemento de Despesa: ND 33.90.30- subitem 16 - Material de expediente.

18. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO MATERIAL (AMOSTRA)

18.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

18.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possam ser aferidas pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, dentro de 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

18.2.1. A amostra deverá ser apresentada devidamente identificada com o nome da licitante, número do respectivo item do processo licitatório, número do Pregão, e ainda, acompanhada dos respectivos documentos/prospectos do produto, quando se for o caso.

18.2.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da Licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

18.2.3. Endereço para entrega das amostras: Ministério da Defesa. Esplanada dos Ministérios, Bloco “Q”, térreo –Protocolo. Brasília/DF. CEP 70049-900. Telefone (61) 3312-8754.

18.2.4. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

18.2.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

18.2.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ITENS A SEREM AVALIADOS (*)
1	<p>KIT MEDALHA DA VITÓRIA, COMPOSTO DE:</p> <p>1) Medalha da Vitória em metal dourado, em forma circular, com 40 mm de diâmetro, com:</p> <p>a) Anverso: ao fundo, o desenho de uma roseta com a constelação do Cruzeiro do Sul, sobreposta por um “V”, esmaltado em verde e amarelo, parte superior do qual se encontra a logomarca do Ministério da Defesa. Circundando a medalha, na parte superior, da esquerda para a direita, a legenda: “MINISTÉRIO DA DEFESA”. Na parte inferior, da esquerda para a direita, a legenda “LIBERDADE E DEMOCRACIA”;</p> <p>b) Verso: circundando a medalha, vinte e sete estrelas representando os 27 Estados da Federação. Na parte superior, da esquerda para a direita a legenda: “MEDALHA DA VITÓRIA”. Ao fundo o globo com dois galhos de oliveira entrelaçados, um à esquerda e outro à direita. Sobrepostos ao globo, os distintivos da FEB (Cobra Fumando), do 1º Grupo de Aviação de Caça (Senta a Pua) e da Marinha do Brasil (Âncora). No centro, ladeando os distintivos, à esquerda, a inscrição “08-05”, à direita a inscrição “1945”; e</p> <p>c) Fita: 35 mm de largura, 50 mm de altura, em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul.</p> <p>2) Barreta da Medalha da Vitória em formato retangular, medindo 35 mm de largura por 10 mm de altura, recoberta com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>3) Botão de lapela da Medalha da Vitória em formato circular com 10 mm de diâmetro, recoberto com a fita em gorgorão de seda chamalotada, nas cores verde, amarelo e azul; a mesma da “MEDALHA DA VITÓRIA”.</p> <p>4) Estojo para medalha com as seguintes características: Medidas externas: 16 cm de comprimento, 11 cm de largura e 3,5 cm de altura, revestimento externo em percaline na cor preta, revestimento interno em veludo e cetim na cor preta. Com fecho metálico dourado e com 4 (quatro) dispositivos internos, em baixo relevo.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>4 - Fecho metálico dourado atende a especificação: () sim () Não</p> <p>5 - Dispositivos internos, em baixo relevo para acondicionamento da medalha e complementos atende as especificações: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>
2	<p>Pasta porta diploma - Medidas: 220 X 310 mm; Material da encadernação: Vulcapel na cor preta; Capa: Impressa com as Armas da República e abaixo as seguintes legendas: “REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL”, seguida de “MINISTÉRIO DA DEFESA” e por fim “MEDALHA DA VITÓRIA”, tudo em letras douradas; Divisórias internas: Em papel vegetal, com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor verde e amarela do verso da capa (1ª divisória interna) e com 4 (quatro) cantoneiras internas de cetim na cor branca no verso da contracapa (2ª divisória interna) para fixação do diploma.</p>	<p>1 - Material atende a especificação: () sim () Não</p> <p>2 - Tamanho atende a especificação: () sim () Não</p> <p>3 - Cortes no material feitos corretamente, sem defeitos: () sim () Não</p> <p>4 - Impressões e especificações: () sim () Não</p> <p>Resultado: () Aprovado () Reprovado - Motivo:</p>

(*) Conforme Despacho nº 194/ASCER/GM-MD, de 13 de outubro de 2020 (2795284).

18.2.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

18.2.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

18.2.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

18.2.10. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

18.2.11. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

19. DOS APÊNDICES

19.1. Apêndice I - Estudos Preliminares (XXXXXXX);

- 19.2. Apêndice II - Quadro Demonstrativo da Demanda;
 19.3. Apêndice III - Orçamento Nova Siciliano (2755432);
 19.4. Apêndice IV - Descrição do Kit Medalha da Vitória (2755468); e
 19.5. Apêndice V - Pasta Porta Diploma Medalha da Vitória (2755480).

II - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A descrição dos requisitos para a escolha da solução, abrange a aquisição de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**). Os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

III - LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA PROSPECÇÃO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS DE SOLUÇÕES, PODENDO, ENTRE OUTRAS OPÇÕES:

A) SER CONSIDERADAS CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS E ENTIDADES, COM OBJETIVO DE IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO; E

No Levantamento de mercado, realizado por meio do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet) do Ministério da Economia, acessado em 14 de outubro de 2020, no seguinte endereço: <http://comprasnet.gov.br/aceso.asp?url=/Livre/Ata/ConsultaAta00.asp>, pode ser observado que é comum a aquisição do material (CATMAT 4111– Medalha) e (CATMAT 450771– Pasta Eventos) através da realização de pregões eletrônicos como pode ser observado no pregão abaixo, que contém item com características similares ao pretendido neste instrumento:

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Material: 4111- Medalha

Período Pesquisado - 14/10/2019 até 13/10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160391 - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/PA/RS	Pregão 00011/2020	20/08/2020 20/08/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160077 - COLEGIO MILITAR DE CURITIBA	Pregão 00005/2020	18/08/2020 18/08/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160433 - 19 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	Pregão 00030/2020	02/09/2020 02/09/2021
52131 - COMANDO DA MARINHA	733000 - DIRET.DO PESSOAL CIVIL DA MARINHA/DF	Pregão 00002/2020	27/07/2020 27/07/2021
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	120001 - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONAUTICA	Pregão 00017/2020	26/08/2020 26/08/2021

Ata - Consulta Atas de Registros de Preços

Material: 450771 - Pasta Eventos

Período Pesquisado - 14/10/2019 até 13/10/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR	UASG GERENCIADORA	LICITAÇÃO	PERÍODO DE VIGÊNCIA
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC	Pregão 00037/2019	19/12/2019 19/12/2020

52121 - COMANDO DO EXERCITO	160341 - 17 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA	Pregão 00008/2019	20/05/2020 20/05/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160134 - CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	Pregão 00021/2020	17/09/2020 17/09/2021
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160179 - 3 DIVISAO DE LEVANTAMENTO	Pregão 00003/2020	01/10/2020 01/10/2021

B) SER REALIZADA CONSULTA, AUDIÊNCIA PÚBLICA OU DIÁLOGO TRANSPARENTE COM POTENCIAIS CONTRATADAS, PARA COLETA DE CONTRIBUIÇÕES.

Não há necessidade da realização de consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições tendo em vista que a presente aquisição se tratar de um material comum, de acordo com **Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei 10.520/2002, e o quantitativo a ser adquirido ser facilmente disponibilizado pelo mercado.**

IV - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO, ACOMPANHADA DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO

A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado neste Planejamento de Aquisição, abrange atender a necessidade do Ministério da Defesa - MD com a aquisição de materiais de ordem honorífica (Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma).

V - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA

Documento de Formalização de Demanda nº 11, de 1 de outubro de 2020 (2731252).

Proposta de Preços Empresa Nova Siciliano (2755432).

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO

Documento de Formalização de Demanda nº 11, de 1 de outubro de 2020 (2731252).

Proposta de Preços Empresa Nova Siciliano (2755432).

VII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL

1. Parcelamento: Não se aplica.

2. Natureza do objeto: O objeto deste instrumento quanto ao seu tipo, é comum, por ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme Parágrafo Único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

3. Opção de aquisição por: Menor preço por item.

VIII - CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O pregão realizado no período de 13/10/2019 até 14/10/2020 abaixo, relacionado contém itens com características similares ao pretendido neste instrumento:

1. **Pregão nº 11/2020** - CENTRO DE PREPARACAO OFICIAIS RESERVA/PA/RS (UASG nº 160391), Pregão Eletrônico - Aquisição de fardamento e peças de uniformes especiais e sob medida.

2. **Pregão nº 5/2020** - COLEGIO MILITAR DE CURITIBA (UASG nº 160077), Pregão Eletrônico - Aquisição de Materiais Esportivos para atender as necessidades deste estabelecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. **Pregão nº 37/2019** - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC (UASG nº 160002), Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de eletrônica, cine, vídeo, foto e som.

4. **Pregão nº 8/2019** 17 GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA (UASG nº 160341), Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de escritório e processamento de dados.

IX - DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, IDENTIFICANDO A PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES OU, SE FOR O CASO, JUSTIFICANDO A AUSÊNCIA DE PREVISÃO

De acordo com o art. 11 da Instrução Normativa nº 1, do Ministério da Economia, de 10 de janeiro de 2019, durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem, esta delegar e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

Os materiais acima foram incluídos nos itens nº **2.136 e 2.574** do PGC 2021, no valor estimado de **R\$ 106.500,00** e caso seja aprovado pelo Senhor Diretor do DEADI, será enviado para aprovação.

X - RESULTADOS PRETENDIDOS, EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

O resultado pretendido será alcançado com a aquisição de ordem honorífica (**Kit Medalha da Vitória e Pasta Porta Diploma**), que tem como objetivo o reconhecimento aos militares das Forças Armadas, aos civis nacionais, aos militares e civis estrangeiros, aos policiais e bombeiros militares e às organizações militares e instituições civis nacionais que tenham contribuído para a difusão dos feitos da Força Expedicionária Brasileira e dos demais combatentes brasileiros durante a 2ª Guerra Mundial, participado de conflitos internacionais na defesa dos interesses do País, integrado missões de paz, prestado serviços relevantes ou apoiado o Ministério da Defesa no cumprimento de suas missões constitucionais. Em relação a termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável, estão contidos os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

XI - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

Não serão necessárias providências para à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, tendo em vista que se trata de uma aquisição de material comum.

XII - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Os critérios e práticas de sustentabilidade estão relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização está enquadrada nos Anexos da Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) nº 11/2018, que será admitida a oferta do produto se o FABRICANTE estiver regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981 e legislação correlata (Em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS/DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - abril/2020).

Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitante deverá comprovar que os seus itens apresentem o critério de sustentabilidade ambiental abaixo discriminado:

1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

XIII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA AQUISIÇÃO

Tendo em vista os elementos expostos neste instrumento, declaramos a viabilidade e a razoabilidade da aquisição.

CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS - Cel
Integrante Requisitante

AGNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – 1º Ten
Integrante Técnico

VOLMER DE OLIVEIRA SALES – ST
Integrante Administrativo

GERENCIAMENTO DE RISCOS

INTRODUÇÃO

Esta etapa tem por objetivo descrever, analisar e tratar os riscos e ameaças que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases desta aquisição.

1 - RISCOS DA AQUISIÇÃO:

1.1 - Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Aquisição, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

1.2 - Avaliação dos riscos identificados, consistindo da mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco.

1.3 - Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências.

1.4 - Para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, definição das ações de contingência para o caso de os eventos correspondentes aos riscos se concretizarem.

1.5 - Definição dos responsáveis pelas ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

1.6 - A responsabilidade pela atualização do Gerenciamento de Riscos nas fases que abrangem os Estudos Preliminares e o Projeto Básico e/ou Termo de Referência é de competência da equipe de Planejamento da Aquisição; na fase de seleção do fornecedor da Coordenação de Licitação; e após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

2 - POSSIBILIDADES E DANOS:

Identificação das possibilidades de ocorrência e dos danos potenciais a cada risco identificado:

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 1			
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input checked="" type="checkbox"/>) Média	(<input type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo	(<input type="checkbox"/>) Médio	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alto
Id	Dano		
1	Impugnação do procedimento licitatório, causando o atraso na contratação ou o seu cancelamento (§ 1º, art. 41, Lei nº 8.666, de 1993).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Anular o risco por meio de adequações técnicas que se fizerem necessárias.	Demandante.	
2	Anular o risco por meio de adequações jurídicas que se fizerem necessárias.	Assessoria de Planejamento de Aquisições (ASPLAQ).	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
2	Responder a impugnação caso seja de caráter técnico.	Coordenação de Licitação (COLIC), Demandante e ASPLAQ.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 2			
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano		
1	Atrasos decorrentes de adequações necessárias as demandadas pelos setores internos: Coordenação de Licitação (COLIC) e Consultoria Jurídica (CONJUR).		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1	Analisar processos anteriores e análogos retirando as incoerências apresentadas.	ASPLAQ.	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1	Anular o risco por meio de ajustes neste instrumento.	ASPLAQ.	
2	Realizar as correções necessárias para prosseguimento do processo.	Demandante e ASPLAQ.	
3	Habilitar fornecedor com capacidade técnica para a realização da contratação desejada.	Demandante e COLIC.	

FASE DE ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR RISCO 3			
Probabilidade:	(<input type="checkbox"/>) Baixa	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Impacto:	(<input type="checkbox"/>) Baixo	(<input type="checkbox"/>) Média	(<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Id	Dano		
1	Licitações com itens desertos por motivos de critérios ambientais.		

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Analisar processos anteriores e análogos, retirando as exigências do item que não foram atendidos.	ASPLAQ.
2	Incluir as exigências de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - Abril/2020	ASPLAQ.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Excluir a exigência no item que apresente problema no fornecimento.	ASPLAQ.
2	Exigir atestado de capacidade técnica.	COLIC.

Analizado:

CARLOS VICTOR TEIXEIRA DE VASCONCELOS - Cel
Integrante Requisitante

AGNALDO RIBEIRO DOS SANTOS – 1º Ten
Integrante Técnico

VOLMER DE OLIVEIRA SALES – ST
Integrante Administrativo

APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

AUTORIDADES APROVADORAS DO PLANEJAMENTO DA AQUISIÇÃO

Aprovo, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

JOSÉ ROSALVO LEITÃO DE ALMEIDA
Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais

APÊNDICE I - ESTUDOS PRELIMINARES (XXXXXXX)

APÊNDICE II – QUADRO DEMONSTRATIVO DA DEMANDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	MÉDIA	PREVISÃO PARA 2021
1	MEDALHA DA VITÓRIA	198	307	250	252	300 (1)
2	PASTA EVENTOS	198	307	250	252	350 (1*)

(*) Conforme Despacho nº 195/ASCER/GM-MD, de 13 de outubro de 2020 (2795396).

Observações:

1* - O aumento da demanda se deu em decorrência da possibilidade de aumento de agraciados.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico – Compras

Atualização: Julho/2020

Acessado em 7 de outubro de 2020, às 14h51min no seguinte endereço: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/consultoria-geral-da-uniao-1/modelos-de-convenios-licitacoes-e-contratos/modelos-de-licitacoes-e-contratos/compras-pregao-eletronico>.



Documento assinado eletronicamente por **Volmer de Oliveira Sales, Chefe**, em 16/10/2020, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Victor Teixeira de Vasconcelos, Chefe**, em 16/10/2020, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Aginaldo Ribeiro dos Santos, Supervisor (a)**, em 16/10/2020, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Rosalvo Leitão de Almeida, Diretor**, em 16/10/2020, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **2808554** e o código CRC **5D0C585B**.